

CAMINHOS E DESAFIOS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO**PATHS AND CHALLENGES OF INCLUSION IN EDUCATION** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.062-045>**Núbia Régia Medeiros de Andrade**

Pós-graduada

Unilversidade Estadual Vale do Acaraú

Resumo

O presente trabalho tem como tema: Caminhos e Desafios da Inclusão na Educação. O desafio da inclusão se caracteriza, como uma pesquisa bibliográfica de cunho teórico, que vem a se constituir numa abordagem qualitativa fundamentado em livros, como também de obras de referências que assegurarão a construção do entendimento que dará suporte para a (ré) construção de conceitos, buscando assim, a compreensão e o entendimento do tema em delimitação. Tem como objetivo gerar igualdade de oportunidades para todos com o anseio de gerar uma reflexão sobre a educação inclusiva na rede regular de ensino, tendo como ponto de partida a discussão sobre a inclusão escolar, objetivando reverter o quadro de exclusão presente na sociedade que vivemos. Este trabalho foi realizado com o desejo de apontar caminhos para que esta aconteça, corroborando com o que pode ser mudado e apontando as possibilidades para a expansão do movimento de inclusão que, começando pela escola, tende a tomar rumos e proporções mais significativas. Assim, é necessário discutir as dimensões dos direitos da política pedagógica, focalizando o processo de inclusão como garantia de acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino, buscando identificar os conceitos de inclusão e integração, analisar o papel do professor e da escola frente ao processo de inclusão. A educação inclusiva é, sem dúvida, um dos maiores desafios da sociedade. A escola é uma instituição aberta a todos, é um direito de todos adentrarem na mesma e nela permanecer, tendo a sua individualidade respeitada. Ela pode contribuir significativamente atendendo às diversidades e proporcionando educação a todos, constituindo-se no atual desafio, ou seja, na consolidação da escola inclusiva. Devendo assumir um novo papel social, mudando os paradigmas e analisando os problemas de forma a buscar uma interação entre o ensino regular e a educação especial, de forma a consolidar que o preconceito é o maior contribuidor para a aquisição das indiferenças, isso ressalta que o processo é novo e lento, mas busca-se uma interação com outros sujeitos sociais, o que permite ao indivíduo construir sua representação simbólica do mundo. A criança que aprender a conviver com as diferenças aprenderá muito e descobrirá que participar das atividades é partilhar informações e experiências que serão benéficas ao seu desenvolvimento. Portanto, este ambiente deverá estar preparado para atender a

todos os alunos, sem distinção de nenhuma forma de preconceito. Entendendo que a inclusão é um direito de todos.

Palavras-chave: Aprendizagem; Desafio; Incluir; Inovar; Preconceito.

Abstract

This study addresses the theme: Paths and Challenges of Inclusion in Education. It takes the form of a theoretical bibliographic study—a qualitative approach grounded in books and reference works—designed to build the understanding necessary to (re)construct concepts and gain insight into the subject at hand. Its objective is to foster equal opportunities for all and prompt reflection on inclusive education within the mainstream school system; starting with a discussion on school inclusion, it aims to reverse the patterns of exclusion prevalent in our society. This work seeks to identify pathways for making inclusion a reality, highlighting areas for change and possibilities for expanding the inclusion movement—which, originating in schools, has the potential to take on more significant directions and proportions. Thus, it is necessary to discuss the dimensions of rights within pedagogical policy, focusing on inclusion as a guarantee of access and retention for individuals with special educational needs within the mainstream system, while also identifying concepts of inclusion and integration and analyzing the roles of teachers and schools in the inclusion process. Inclusive education is undoubtedly one of society's greatest challenges. Schools are institutions open to everyone; access to and continued participation in them—with respect for individual identity—is a universal right. Schools can make a significant contribution by addressing diversity and providing education for all, thereby tackling the current challenge: the consolidation of the inclusive school. Schools must adopt a new social role, shifting paradigms and analyzing problems to foster interaction between mainstream and special education. Recognizing that prejudice is a primary driver of indifference, the study highlights that while this process is new and gradual, it seeks interaction with other social actors, enabling individuals to construct their own symbolic representation of the world. A child who learns to coexist with differences will gain a great deal and discover that participating in activities involves sharing information and experiences that benefit their development. Therefore, the environment must be prepared to accommodate all students, free from any form of prejudice, with the understanding that inclusion is a right for everyone.

Keywords: Challenge; Inclusion; Innovation; Learning; Prejudice.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um estudo relacionado à inclusão, tendo como tema: caminhos e desafios da inclusão na educação. O interesse pelo tema decorre em buscar subsídios para novas descobertas e gerar igualdades de oportunidades para todos. O grande problema enfrentado no contexto da educação inclusiva é a efetivação de que todos tem os mesmos direitos perante a lei. No entanto, observa-se que existe um grande preconceito fazendo com que esses direitos sejam violados, observando que é um grande desafio a cumprir, mas cada vez mais busca-se novas formas para vencer esse paradigma que toma conta da sociedade. Diante dos objetivos, busca-se gerar igualdade de oportunidades para todos com o anseio de gerar uma reflexão sobre a educação inclusiva na rede regular de ensino, tendo como ponto de partida a discussão sobre a inclusão, objetivando reverter o quadro de exclusão presente na sociedade que vive. Desta forma, faz-se necessário fazer uma análise e compreender que a inclusão deve existir no contexto educacional.

Vale destacar que a inclusão hoje faz parte da realidade vivenciada na prática educativa, deve-se procurar, métodos, inovações para que de fato sua existência possa garantir aos portadores de necessidades especiais o mesmo direito de aprender, mesmo sabendo que nem todos tem o mesmo ritmo nem conseguem aprender por igual, mas que todos devem fazer parte do contexto educacional na rede regular de ensino. Sendo provável que várias questões envolvendo a inclusão é fundamental adentrar nessa descoberta de novas aprendizagens. Procurando mudar não só uma metodologia como também, fazer com que o aluno se envolva nesse processo de educação.

Entender que deve incluir por si mesma, exigindo que cada educador encontre caminhos certo que possa incluir, descobrindo que a inclusão é um meio e não um fim. Nesse sentido exigindo do educador teoria e prática, compreendendo que ensinar e aprender estão sempre ligados e juntos buscam subsídios necessários a ser desenvolvido pelo professor durante o processo de inclusão dos alunos.

Esse trabalho de pesquisa percorre um caminho em busca de se conhecer verdades, embora parciais. Para a estrutura da metodologia da pesquisa que se pretende realizar em princípio busca-se confrontos de dados, evidências, informações coletadas teoricamente elaboradas acerca do tema. A presente pesquisa visa compreender e aprofundar conhecimentos refletindo as novas estratégias e oportunidades educacionais para todos.

Só assim a inclusão passa a ser vista como processo mediador de aprendizagem, seja ela de qual forma for. Assim no contexto atual da educação para a inclusão essa obra apresenta como recurso fundamental, pois na prática expressamos nossas emoções e é por meio de nossos comportamentos e ações, atitudes, vínculos, possibilidades e limitações sejam elas individuais e coletivas que aprendemos e interagimos na sociedade. Somos todos diferentes e queremos produzir de forma coletiva. Isso sim é igualdade.

2 JUSTIFICATIVA

A inclusão na educação é o mais novo paradigma educacional na escola regular, preferencialmente na classe comum, inclusive para os provindos da Educação Especial. A escola regular deve estar apta para receber todos os alunos, independente das características que possam apresentar. Ela é o espaço educacional que deve ser usufruído por todos. O princípio fundamental desta política é de que o sistema regular deve atender a diversidade do alunado, isto é, todos tem os mesmos direitos.

Incluir não significa apenas estar lá, mas entender que as pessoas têm possibilidades de aprender das mais variadas formas, e com diferentes ritmos. A inclusão nos faz pensar profundamente sobre o mundo em que vivemos; aprender é uma ação humana individual, são as diferentes ideias, opiniões e níveis de compreensão que enriquecem o processo de aprendizagem sempre reconhecendo e valorizando as diferenças.

A inclusão deve ser um real motivo para fortalecer e aprimorar a capacitação profissional dos professores que juntos buscará métodos e formas para assim garantir os direitos ora violados.

O atendimento aos educandos com necessidades especiais vem passando por transformações e mudanças que perpassam as práticas educativas que são desenvolvidas no cotidiano da sala de aula. Ao longo do tempo a inclusão ganhou espaço como modelo de ensino, não apenas para cuidar das crianças, mas, para conduzi-las, e desenvolver suas competências e habilidades, bem como seus aspectos tendo a figura do professor como um mediador de aprendizagem.

Ao compreender a educação inclusiva como um processo mediador entre a vida do indivíduo e da sociedade e concepção de um trabalho educativo caracterizada como prática mediadora entre o indivíduo e sua humanização propõe a mediação de uma teoria que referencie o processo de formação das crianças e repõe a possibilidade de uma formação centrada na prática imediata, utilitária e produtiva. Assim, entender a problemática da Prática Pedagógica na Educação inclusiva é de suma importância para uma educação de qualidade. Assim discute-se a práxis do professor em sala de aula, buscamos avaliar as contribuições do trabalho pedagógico.

3 METODOLOGIA

Refletir sobre as atuais práticas e reconhecer caminhos e desafios da inclusão na Educação torna-se uma importante ferramenta para o aperfeiçoamento e busca de novos métodos, dessa forma foi realizado um levantamento de artigos e obras literárias, na busca por conceitos pensamentos e práticas que se tornam relevantes na prática docente frente a inclusão de alunos com necessidades especiais.

Após o estudo bibliográfico realizado o artigo foi escrito de forma descritiva com a análise de ideias e pensamentos já existentes sobre o assunto, relacionando-os as práticas realizadas pelos profissionais da rede regular de ensino conforme observação participante no que tange a recepção e ao atendimento dos

alunos com necessidades especiais através das práticas e atuação docente em sala de aula, com o objetivo de buscar compreender os protocolos seguidos, através do currículo e obstáculos encontrados na atuação docente quanto ao modo de agir dos referidos alunos.

O ponto de partida deve ser em observar o próprio estudante. É preciso empenhar-se em conhecê-lo bem. Partir do seu repertório e dos seus eixos de interesse torna o processo de ensino-aprendizagem muito mais espontâneo, prazeroso e significativo. As práticas inclusivas envolvem métodos e técnicas como meios de vários acessos que só enriquecerá a nossa prática no contexto escola. Acessar, produzir e expressar o conhecimento com foco nas potencialidades individuais e coletivas, só assim alcançaremos o resultado desejado. Incluir faz parte e faz toda diferença.

A inclusão garante direitos e promove a aprendizagem, estimulando a autonomia e a independência das pessoas com deficiência em todas as fases da vida de acordo com o modelo de inclusão. A abordagem prioriza o direito de todos os estudantes frequentarem as salas regulares, combatendo qualquer discriminação.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

No âmbito da educação essa perspectiva de inclusão gera impactos contundentes no modo de pensar o acolhimento das diferenças humanas no ambiente escolar, uma vez que desconstrói o cômodo argumento de que a escola e os professores estão dispostos a atender ao aluno com deficiência desde que ele se adapte ao modelo presente. Além disso, os movimentos esclarecem que as pessoas com deficiência não devem ser excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência. Ao contrário, devem ter acesso ao ensino em igualdade de condições com os demais estudantes, de modo a conviver plenamente com toda a comunidade escolar. Abrir caminhos é necessário para chegar aos desafios da inclusão dentro da instituição.

O compromisso de uma educação deve ser o de incluir a diversidade, fugindo de modelos padronizados, que não respeitam as realidades dos estudantes e de suas famílias e promovem cenários de exclusão e fracasso escolar. Historicamente, pessoas com deficiência tiveram o acesso à educação negado ou muito fundamentais sustentam e qualificam a implementação desse direito: a garantia do convívio, o acesso ao mesmo currículo e, por fim, a existência de altas expectativas para todos os estudantes, (Heller, 1997).

A implementação dos direitos a inclusão deve contemplar fatores que o qualificam e o sustentam. Garantia de convívio, de interação do estudante com deficiência com o restante da comunidade escolar, na medida em que essa interação é um ingrediente fundamental para que o aluno seja desafiado e possa desenvolver o máximo de seu potencial. Garantia de acesso ao mesmo conhecimento, ou seja, ao mesmo currículo.

A educação inclusiva é para todos os estudantes. É para ter igualdade de oportunidades, valorização da diversidade, e promover a aprendizagem de todos, com deficiência e sem deficiência. A escola, a gente não pode esquecer, é muito mais do que um local de aprendizagem das disciplinas curriculares tradicionais, é um espaço de socialização e integração dos estudantes. É um espaço de valorização da diversidade que favorece o desenvolvimento cognitivo, evidentemente, mas também socioemocional.

A educação é direito de todos no processo de formação de qualquer cidadão, e a escola por sua vez, enquanto instituição educativa desenvolve um papel fundamental no desenvolvimento de sujeito aptos com direito a viver numa sociedade onde todos possam gozar dos mesmos perante a lei.

A inclusão escolar constitui uma proposta importante condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, mas encontra ainda grandes dificuldades que se manifestam ao contrário de ideia de que todos tem direitos de acesso garantido a escola. A dignidade de direitos individuais e coletivos garantidos pela constituição federal impõem as autoridades a obrigatoriedade de efetivar essa política, como um direito público subjetivo para o qual os recursos humanos e materiais devem ser direcionados atingindo necessariamente toda a educação básica.

A educação inclusiva tem sido conceituada como um processo de educar conjuntamente de maneira incondicional, nas classes de ensino regular, alunos ditos normais com alunos deficientes ou não que apresentem necessidades educativas especiais, a inclusão beneficia todos, uma vez que sadios sentimentos de respeito a diferença, de cooperação e de solidariedade podem se desenvolver (Brasil, 1988).

Esse termo implica não só apenas aos alunos com deficiências, mas a todos aqueles que ao longo da vida vir a ter necessidade de apoio. É necessário incluir numa realidade educativa em que se considerem as causas não do ponto de vista orgânico, mas de toda interação. Não centrado inclusivamente nas suas deficiências, mas também nos recursos educativos de aprendizagem.

O direito a igualdade de oportunidades educacionais é o resultado de uma luta histórica dos direitos humanos, luta que implica a obrigatoriedade de o estado garantir gratuitamente unidades de ensino para todas as crianças que sejam ou não deficientes.

As pessoas com deficiências têm os mesmos direitos humanos que as demais pessoas, definido como discriminação com base na deficiência, toda diferenciação á exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

Após os decretos houve um avanço na educação, possibilitando uma reinterpretação da educação especial. Vários documentos foram criados para garantir esses direitos hora violados. Cabe aos educadores lutarem por esses direitos impedindo e abolindo qualquer forma de discriminação ao proporcionar esse acesso a participação e a aprendizagem dos alunos garantindo a acessibilidade para a interação conjuntiva

nas classes comuns, ressaltando a significância de promover o bem de todos, descrito na constituição de 1988.

Uma escola inclusiva não prepara para a vida, realça a própria vida que flui devendo possibilitar do ponto de vista político, ético e estético, o desenvolvimento da sensibilidade e da capacidade crítica e construtiva dos alunos. Cidadão que nela estão em qualquer das etapas de fluxo escolar como modalidade de atendimento educacional oferecido.

Para Heller (1997) no paradigma instaurado pela inclusão escolar encontramos, portanto, um redimensionamento do papel da intervenção escolar (escolas devem encontrar maneiras de educar com sucesso todas as crianças, independentemente de suas capacidades físicas, sensoriais, cognitivas, emocionais e sociais) e a necessidade de desmitificação do poder absoluto da técnica especializada.

No que diz respeito a educação inclusiva, pode-se questionar se existe a falsa ideia de inclusão nas escolas regulares, aquela “inclusão” ainda excludente que apenas acolhe o aluno na sala, não interagindo com suas necessidades e não dando o suporte cabível para o desenvolvimento deste. Neste momento entra o debate onde coloca em dúvida qual alternativa escolher: as escolas regulares ou aquelas especializadas para educação especial. Em alguns lugares esta última é a única alternativa quando o aluno com necessidade especial não tem a possibilidade de ser acolhido na escola normal devido ao preconceito e a falta de preparo das escolas e professores.

Os alunos necessitam de um complemento educativo diferente com o objetivo de promover o desenvolvimento e a sua aprendizagem, utilizando todo o seu potencial para que ele possa viver como cidadão autônomo. É necessário considerar que requer diferentes respostas, buscando as oportunidades que possam ser oferecidas.

Nesse sentido a política de educação especial afirma que:

A educação inclusiva é uma proposta de tornar a escola acessível, garantindo a participação de todas as pessoas. A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específica para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino por de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e exploração convenientemente as possibilidades de cada um. (Heller, 1997).

A inclusão é uma possibilidade de aperfeiçoamento da educação para o benefício de todos os alunos com necessidades educativas especiais, que depende da disponibilidade das pessoas envolvidas para enfrentar as inovações e as dificuldades advindas das necessidades dos alunos. Qualquer pessoa necessita de apoio suplementar para ultrapassar determinadas barreiras que se apresentam em sua aprendizagem.

Quando se fala em política de inclusão de alunos na rede regular de ensino surge o desafio de rever conceitos e linhas de pensamentos assim como desenvolver as habilidades de respeito às diferenças e atendimento as necessidades, resume-se em atitudes que vão além da permanência física dos alunos

especiais na escola. O ensino torna-se obrigatório em todos os países, nessa abordagem de dificuldades de aprendizagem atribuem-se métodos pedagógicos que garante interesse.

Segundo Correia a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208 estabelece a integração escola como preceito constitucional preconizando o atendimento dos indivíduos que apresentem deficiência preferencialmente na rede regular de ensino. Pode-se dizer que ficou assegurado pela Constituição Brasileira de 1988 o direito de todos a educação.

O surgimento de instituições leva a aceitar uma certa responsabilidade na educação de crianças com deficiências. Ao mesmo tempo, imbuída por uma ambiguidade profunda com respeito ao fenômeno das diferenças individuais que implicam limitações e deficiências.

Tende-se a segregar as dificuldades da sociedade em que vivem porque constituem uma ameaça sem que eles reconheçam os seus direitos nem suas possibilidades para levar a vida normal. A educação hoje é caracterizada como direitos iguais.

O compromisso de uma educação deve ser o de incluir a diversidade, fugindo de modelos padronizados, que não respeitam as realidades dos estudantes e de suas famílias e promovem cenários de exclusão e fracasso escolar. Historicamente, pessoas com deficiência tiveram o acesso à educação negado ou muito fundamentais sustentam e qualificam a implementação desse direito: a garantia do convívio, o acesso ao mesmo currículo e, por fim, a existência de altas expectativas para todos os estudantes. (Brasil, 1996).

A implementação desse direito deve contemplar fatores que o qualificam e o sustentam. Garantia de convívio, de interação do estudante com deficiência com o restante da comunidade escolar, na medida em que essa interação é um ingrediente fundamental para que o aluno seja desafiado e possa desenvolver o máximo de seu potencial. Garantia de acesso ao mesmo conhecimento, ou seja, ao mesmo currículo.

Para Correia, (1997), a inclusão garante direitos e promove a aprendizagem, estimulando a autonomia e a independência das pessoas com deficiência em todas as fases da vida de acordo com o modelo de inclusão. A abordagem prioriza o direito de todos os estudantes frequentarem as salas regulares, combatendo qualquer discriminação, educação inclusiva é para todos os estudantes. É para ter igualdade de oportunidades, valorização da diversidade, e promover a aprendizagem de todos, com deficiência e sem deficiência. A escola, a gente não pode esquecer, é muito mais do que um local de aprendizagem das disciplinas curriculares tradicionais, é um espaço de socialização e integração dos estudantes. É um espaço de valorização da diversidade que favorece o desenvolvimento cognitivo, evidentemente, mas também socioemocional. (Zabala, 1998).

Refletir sobre as atuais práticas e reconhecer caminhos e desafios da inclusão na educação torna-se uma importante ferramenta para o aperfeiçoamento e busca de novos métodos, dessa forma foi realizado

um levantamento de artigos e obras literárias, na busca por conceitos pensamentos e práticas que se tornam relevantes na prática docente frente a inclusão de alunos com necessidades especiais.

Incluir é integrar, abranger a todos, sem exceção. Uma educação inclusiva integra os alunos com necessidades especiais, em escolas regulares, por meio de uma abordagem humanística. Essa visão entende que cada aluno tem suas particularidades e que elas devem ser consideradas como diversidade e não como problema.

O ponto de partida deve ser em observar o próprio estudante. É preciso empenhar-se em conhecê-lo bem. Partir do seu repertório e dos seus eixos de interesse torna o processo de ensino-aprendizagem muito mais espontâneo, prazeroso e significativo.

Guarnieri (2005) as práticas inclusivas envolvem métodos e técnicas como meios de vários acessos que só enriquecerá a nossa prática no contexto escola. Acessar, produzir e expressar o conhecimento com foco nas potencialidades individuais e coletivas, só assim alcançaremos o resultado desejado. Incluir faz parte e faz toda diferença.

A educação é direito de todos no processo de formação de qualquer cidadão, e a escola por sua vez, enquanto instituição educativa desenvolve um papel fundamental no desenvolvimento de sujeito aptos com direito a viver numa sociedade onde todos possam gozar dos mesmos perante a lei.

A inclusão escolar constitui uma proposta importante condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, mas encontra ainda grandes dificuldades que se manifestam ao contrário de ideia de que todos tem direitos de acesso garantido a escola. A dignidade de direitos individuais e coletivos garantidos pela constituição federal impõem as autoridades a obrigatoriedade de efetivar essa política, como um direito público subjetivo para o qual os recursos humanos e materiais devem ser direcionados atingindo necessariamente toda a educação básica.

Para Zabala, (1998), educação inclusiva tem sido conceituada como um processo de educar conjuntamente de maneira incondicional, nas classes de ensino regular, alunos ditos normais com alunos deficientes ou não que apresentem necessidades educativas especiais, a inclusão beneficia todos, uma vez que sadios sentimentos de respeito a diferença, de cooperação e de solidariedade podem se desenvolver (Brasil, 1988).

Esse termo implica não só apenas aos alunos com deficiências, mas a todos aqueles que ao longo da vida vir a ter necessidade de apoio. É necessário incluir numa realidade educativa em que se considerem as causas não do ponto de vista orgânico, mas de toda interação. Não centrado inclusivamente nas suas deficiências, mas também nos recursos educativos de aprendizagem. O direito a igualdade de oportunidades educacionais é o resultado de uma luta histórica dos direitos humanos, luta que implica a obrigatoriedade de o estado garantir gratuitamente unidades de ensino para todas as crianças que sejam ou não deficientes.

As pessoas com necessidades especiais têm os mesmos direitos humanos que as demais pessoas, definido como discriminação com base na deficiência, toda diferenciação à exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

Para Guarnieri (2005) Com a promulgação desse decreto houve um avanço na educação, possibilitando uma reinterpretação da educação especial. Vários documentos foram criados para garantir esses direitos hora violados. Cabe aos educadores lutarem por esses direitos impedindo e abolindo qualquer forma de discriminação ao proporcionar esse acesso a participação e a aprendizagem dos alunos garantindo a acessibilidade para a interação conjuntiva nas classes comuns, ressaltando a significância de promover o bem de todos.

Uma escola inclusiva não prepara para a vida, realça a própria vida que flui devendo possibilitar do ponto de vista político, ético e estético, o desenvolvimento da sensibilidade e da capacidade crítica e construtiva dos alunos. Cidadão que nela estão em qualquer das etapas de fluxo escolar como modalidade de atendimento educacional oferecido.

No paradigma instaurado pela inclusão escolar encontramos, portanto, um redimensionamento do papel da intervenção escolar (escolas devem encontrar maneiras de educar com sucesso todas as crianças, independentemente de suas capacidades físicas, sensoriais, cognitivas, emocionais e sociais) e a necessidade de desmitificação do poder absoluto da técnica especializada.

No que diz respeito a educação inclusiva, pode-se questionar se existe a falsa ideia de inclusão nas escolas regulares, aquela “inclusão” ainda excludente que apenas acolhe o aluno na sala, não interagindo com suas necessidades e não dando o suporte cabível para o desenvolvimento deste. Neste momento entra o debate em que coloca em dúvida qual alternativa escolher: as escolas regulares ou aquelas especializadas para educação especial. (Brasil, 1996).

Para Freire (1999) ensinar é marcar um encontro como o outro e inclusão escolar provoca basicamente uma mudança de atitude diante do outro. No entanto passa a não ser mais um indivíduo qualquer, com o qual tomamos simplesmente na nossa existência ou com o qual convivemos num certo tempo de nossas vidas. Mas alguém que é essencial para nossa constituição como pessoa e como profissional e que nos mostra os nossos limites e nos faz ir além.

Em 1994, é publicada a política nacional de educação especial, orientando o processo de integração instrucional que condiciona o acesso as classes comuns do ensino regular àqueles” que possuem condições de acompanhar desenvolver as atividade curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que ambos ditos normais (Brasil,1996).

A política reafirma os pressupostos constituídos a partir padrões homogêneos de participação e aprendizagem. e não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam

valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantem a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 4.024/61 garantiu o direito dos alunos com necessidades educativas especiais a educação, estabelece em seu artigo 88 que para integrá-los na comunidade, esses alunos deviam enquadrar-se dentro do possível no tema geral de educação. Entende-se que esse sistema geral estaria incluindo não só nesses sistemas os alunos ditos comuns como também os especiais.

A evolução dos serviços de educação especial vem caminhando ao longo da vida eminentemente assistencial chegando hoje na rede regular de ensino. Hoje essa proposta de inclusão finalmente ganha espaço. Essas transformações tem alterado o significado da educação especial. Esse conjunto de técnicas, métodos, recursos especiais de formas de atendimento escolar que se destinam aos alunos ainda não conseguem atender as expectativas as exigências da educação regular, uma vez que os profissionais ainda não estão preparados para receber os alunos na rede regular de ensino (Mitler, 2003).

O ato de inclusão requer ações práticas que apoiadas numa política específica é um grande desafio a ser enfrentado para comprovar o respeito a diferença e compromisso com a promoção dos direitos humanos. Esse compromisso deve ser assumido pela escola no projeto pedagógico devendo se posicionar a respeito do seu papel com uma educação que propicie qualidade para todos.

É importante ressaltar que os professores procurem de alguma forma encarar o novo. É um desafio a seguir. Mesmo sabendo que ambos consideram-se sem competência para atender as diferenças nas salas de aula, especialmente porque para assegurar uma aprendizagem significativa. A inclusão dos educandos com necessidades especiais é necessário que sejam integrados socialmente através de recursos pedagógicos e tecnológicos específicos tornam-se necessário que as escolas e os próprios professores se preparem para atender as necessidades individuais de cada aluno.

Os professores devem começar a adotar a ideia que predominavam nos liceus napoleônicos de que todos deveriam ser ensinados como se fosse um só. Era a ilusão da turma homogênea numa escola então chamada Popular.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado. Aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns de ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidades das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares para a oferta de serviços e recursos de educação especial. (MEC/SEESP, 1994).

É necessário sermos prazerosos, adequar-se as necessidades de cada aluno promovendo a interação da aprendizagem entre si com a cultura e o objeto do conhecimento, oferecendo ensino de aprendizagem

de boa qualidade para todos reconhecendo e respondendo as diversificadas acomodando-se aos diferentes estilos assegurando as necessidades de currículos apropriados para cada necessidade. Para as escolas incluírem precisam se modificar no que for necessário para assegurar uma educação de qualidade.

Diante dessa afirmativa é necessário assegurar condições para o desenvolvimento de um trabalho eficiente e com finalidade é necessário criar espaço adequado currículos próprios métodos e técnicas de ensino. Os alunos devem ser atendidos visando a efetivação do mesmo direito na vida social. (MEC/SEESP, 1994).

Nesse sentido, buscamos estabelecer parcerias com o professor da sala regular quando identificamos as necessidades de novos procedimentos que contribuam para o processo inclusivo da escola. Precisamos observar que em alguns casos os alunos especiais aprendem em tempo e ritmos diferentes aos demais. Convém enfatizar que o professor tem de valorizar a diversidade com aspectos fundamental no processo de ensino aprendizagem, pois somente pensando a partir desse ponto de vista sempre possível promover uma educação mais ampla e com igualdade de acesso e condições.

A sala de recursos tem por objetivo contribuir com o processo de inclusão dos alunos na escola durante o atendimento são observadas as dificuldades em relação ao seu desenvolvimento escolar e as intervenções que serão utilizadas, em parceria com o professor da sala regular, como também recursos pedagógicos que auxiliem o aluno no seu aprendizado. Pode ser utilizado no caso de alunos com deficiência a utilização de outros instrumentos complementares com o intuito desse acompanhamento na sala de recursos é importante na vivencia do estudante, pois oferece por meio de um trabalho colaborativo, o suporte de que ele necessita para o seu processo de aprendizagem. A sala deve ser vista não como um reforço escolar mas sobretudo como um espaço que contribui positivamente para o processo de aprendizagem auxiliando assim na eliminação de barreiras que dificultam tal processo. As especificidades da inclusão evidenciam no cotidiano e na convivência dos alunos, pois assim, será possível promover uma educação mais ampla com igualdade de acesso e direitos. (Sassaki, 1997).

O movimento inclusivo na educação traz inúmeros desafios a nossa escola em todos os níveis de etapas de ensino, provocando a necessidade de serem revistas suas práticas e concepções. A inclusão gira em torno da adequação do processo escolar para que a singularidade dos alunos seja considerada em sua natureza mutante, pois a garantia dos direitos é de todos mais ainda insuficiente para que a educação inclusiva se efetive em nossas redes de ensino.

Freire (1999) a escola deve se organizar e planejar de acordo com os objetivos e metas. Realizar avaliações daqueles que apresentam necessidades educacionais especializadas identificando barreiras que impedem ou dificulta o processo educativo em suas múltiplas dimensões. Ao avaliar trabalhar o enfoque do desenvolvimento da aprendizagem do aluno. Não adianta apenas oferecer atendimento educacional

especializado é necessário buscar estratégias significativas de atendimento que possa completar e pôr em prática ações de desenvolvimento diferenciadas.

Com o apoio intensivo de aprendizagem a escola de vai identificar a melhor forma de atender essas necessidades educativas especiais no processo de aprendizagem diagnosticando sua realidade educacional implantando políticas de serviços e de funcionamento dentro da comunidade escolar favorecendo o sucesso escolar de todos os alunos e os alunos deverão ser atendidos de acordo com suas necessidades e de maneira articulada.

Neste sentido, um plano de aula voltado para o aluno diminui as diferenças na classe subtraindo as dificuldades que a criança, o jovem e os discentes em geral apresentam no decorrer dos anos no percurso escolar.

“Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjo organizacional, estratégias de ensino. Usa de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola” (Sassaki,1997).

A deficiência não deve ser vista como um impedimento no meio educativo. A junção da participação entre comunidades, membros da escola e pessoas que estão inseridas na escola, pode ser um ponto de partida de um suporte educativo que oriente o aluno para integrá-lo na escola e se constituir um cidadão pleno.

Freire (1999) ratifica esta postura: a escola cabe à responsabilidade de criar um ambiente inclusivo, atento as diferenças. Temos alunos diferentes entre si, mas que são diferentes também dos alunos que nós fomos, porque vivem em uma sociedade diferente. Habilidades como atenção, memória, percepções são importantes para a aprendizagem, desde que o ensino seja significativo para o aluno.

A proposta pedagógica que escolhemos se fundamenta na possibilidade da aprendizagem que coloca o aluno para compreender situações problema e o leva a buscar uma resolução. Visa também a fazer com que o aluno perceba que não é viável ficar apenas passível aos comandos do professor e sim, questionar, criticar, duvidar para organizar pensamentos, fundamentos e estabelecer relações de conhecimento.

A escola que mantém uma proposta pedagógica sem incluir as ideias dos alunos, arraigada por métodos de respostas prontas, não forma pensadores e nem trabalha para a inclusão, pelo contrário, acreditamos que tece uma perspectiva de hierarquia onde o professor é o detentor e transmissor da sabedoria e o aluno será aquele que vai absorver informações sem contestar, será apenas mero repetidor e não pensador. (Mitler, 2003).

Hoje a educação básica é obrigatória para todos as crianças e ela tem assim uma função inclusiva, não excludente. O acesso a ela expressa um direito, uma oportunidade uma conquista bem como uma necessidade social. Apesar de ainda hoje esses direitos ser negado muitos de nós temos uma visão dissociada entre o aprender o que se ensina. Assim no contexto atual da educação para a inclusão essa obra apresenta como recurso fundamental, pois na prática expressamos nossas emoções e é por meio de nossos comportamentos e ações, atitudes, vínculos possibilidades e limitações sejam elas individuais e coletivas que aprendemos e interagimos na sociedade.

5 CONCLUSÃO

Diante dos teóricos analisados verificou-se que a inclusão é um grande desafio para a escola e seus educadores. Faz-se necessário que o processo se estabeleça nas escolas para se valerem às leis, para que desapareçam os vestígios de uma sociedade caracterizada de preconceitos. Promover esse processo é promover a interação do aluno com necessidades educativas especiais com a escola e, com os outros alunos no processo de aprendizagem, onde o fundamental é estar se promovendo mudanças no cotidiano escolar. Essas mudanças devem vir de encontro com as necessidades desse aluno.

A inclusão escolar é o mais novo paradigma educacional na escola regular, preferencialmente na classe comum, inclusive para os provindos da Educação Especial. A escola regular deve estar apta para receber todos os alunos, independente das características que possam apresentar. Ela é o espaço educacional que deve ser usufruído por todos. O princípio fundamental desta política é de que o sistema regular deve atender a diversidade do alunado, isto é, todos tem os mesmos direitos.

Incluir não significa apenas estar lá, mas entender que as pessoas têm possibilidades de aprender das mais variadas formas, e com diferentes ritmos. A inclusão nos faz pensar profundamente sobre o mundo em que vivemos; aprender é uma ação humana individual, são as diferentes ideias, opiniões e níveis de compreensão que enriquecem o processo de aprendizagem sempre reconhecendo e valorizando as diferenças. A inclusão deve ser um real motivo para fortalecer e aprimorar a capacitação profissional dos professores que juntos buscará métodos e formas para assim garantir os direitos hora violados.

Conclui-se que: a inclusão é um movimento amplo, lento, novo, mas de grande significância para a vida de um especial, levando em conta não só sua deficiência, mas que os alunos deverão ter os mesmos direitos garantidos em lei. Faz-se necessário pesquisar e discutir, buscar estratégias. É preciso que todos os envolvidos sejam esclarecidos do seu real papel em fazer mudanças significativas. Cabe a estes, aplicarem os conceitos de forma científica, para a partir deles tentarem promover a inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais no ensino regular. Espera-se que a inclusão elimine as barreiras existentes, e garantam que nada é impossível fazer acontecer.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado, 1988.
- _____. MINISTÉRIO DA Educação. **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96**. São Paulo; Saraiva 1996.
- _____. MINISTÉRIO de Educação Secretária de Educação Especial. **Política Nacional de Educação**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- CORREIA, L.M. **Alunos com necessidades educativas Especiais nas Classes regulares**. Porto: Editora, 1ª Edição, 1997.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1999.
- GUARNIERI, M. R. (Org.). **Aprendendo a Ensinar: O Caminho nada Suave da Docência**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- HELLER, A. **Sociologia da La Vida Cotidiana**. Barcelona: Península, 1977.
- MITLER, Peter. **Educação Inclusiva**. Contextos Sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- SASSAKY, RK. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: Editora WVA, 1997.
- SILVA, Divino, MARIA, Renata. **Valores, preconceito e práticas educativas**. Casa do Psicólogo, 2005.
- ZABALA, A. **A Prática Educativa: Como Ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.